



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0326427-7
EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SAÚDE S.A.
EMBARGADO: TELMA MENDES E SILVA
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES – ALEGAÇÃO DE OMISSÃO - OBJETIVO DE PREQUESTIONAR A MATÉRIA - QUESTÕES DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDIDAS – INEXISTÊNCIA DE VÍCIO QUE JUSTIFIQUE A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS – ACLARATÓRIOS JULGADOS IMPROCEDENTES - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração** na Apelação nº **0326427-7**, em que figuram como Embargante **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SAÚDE S.A.** e como parte Embargada **TELMA MENDES E SILVA**. Os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "**A unanimidade, foram rejeitados os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator**". Tudo de acordo com o relatório, o voto e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, *02* de Junho de 2014.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0326427-7

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE S.A.
ADV: ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO PE018558
EMBARGADO: TELMA MENDES E SILVA
ADV: FABIANA CÉSAR VERAS PE018412
ÓRGÃO JULGADOR 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE S.A., parte regularmente qualificada e representada, opôs Embargos de Declaração com efeitos infringentes, nos moldes do art. 535, II, do CPC.

Sustenta que no acórdão embargado encontram-se pontos revestidos de omissão, objetivando, ainda, o prequestionamento da matéria.

Contra-razões aos aclaratórios às fls. 254/263, requerendo o desprovimento do recurso.

É o que se impõe relatar.

Recife, 21 de maio de 2014.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0326427-7
EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE S.A.
ADV: ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO PE018558
EMBARGADO: TELMA MENDES E SILVA
ADV: FABIANA CÉSAR VERAS PE018412
ÓRGÃO JULGADOR 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Examinando as razões delineadas nos aclaratórios entendo que inexistente o que sanear ou aclarar no Acórdão embargado.

As questões postas na lide foram examinadas e decididas pela Câmara Julgadora, não havendo obscuridade, contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela Embargante.

Saliento que a função dos embargos de declaração é, exclusivamente, afastar do julgado qualquer omissão, não permitir a permanência de obscuridade, por acaso existente, e ainda, extirpar da decisão qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão assumida.

Acerca da intenção prequestionatória da embargante, vale explicitar que o Colendo STJ já assentou que:

"...mesmo nos embargos declaratórios com fins de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0, SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col..).

Resumem-se, portanto, tais recursos, ao afastamento de vícios relativos à compreensão do decidido judicialmente e, inexistindo quaisquer dos vícios retromencionados, como no presente caso, descabidos são os aclaratórios.

Finalmente, saliento que cabe ao julgador apreciar a lide de acordo com o seu livre convencimento, fundamentando sua decisão, não estando obrigado a analisar especificamente todos os pontos suscitados pelas partes.

Assim, como acima exposto, não havendo nada a aclarar, suprir ou declarar, **VOTO PARA QUE ESSES EMBARGOS SEJAM JULGADOS IMPROCEDENTES.**

É COMO VOTO. — Rejeite, 27/05/2014.